

Algumas notas sobre onomástica romana nos gramáticos latinos

Catarina Gaspar*

Resumo: *Propõe-se neste artigo uma análise da onomástica romana tal como ela está documentada nos capítulos sobre o nome próprio nas obras dos gramáticos latinos. A articulação dos dados recolhidos na epigrafia com as regras ensinadas e comentadas nas gramáticas permite-nos ter uma visão abrangente do uso, da adequação e da mudança que afectaram os nomes próprios latinos.*

Abstract: *This paper proposes an analysis of the Roman onomastics as it is presented in the chapters concerning proper names in latin grammarians opera. The association between epigraphic data and the rules taught and discussed in grammars bring to light a global perspective about the use, the adequacy and the change that modified Roman proper names.*

Palavras-chaves: *Gramáticos latinos, onomástica romana, epigrafia*

Keywords: *Latin grammarians, Roman onomastics, epigraphy*

As obras dos *grammatici latini* constituem um testemunho muito importante para os estudos filológicos sob vários aspectos. Do ponto de vista literário são importantes para o conhecimento e estudo da transmissão e recepção dos autores clássicos¹. Permitem também traçar a história e estabelecer as linhas essenciais do desenvolvimento da gramática. Do ponto de vista histórico, a leitura e análise dos textos que foram utilizados no ensino da língua latina, durante séculos, permitem complementar o conhecimento da realidade histórica, social e cultural do tempo

* Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, s/n, 1600-214 Lisboa

1. Cf. M. DE NONNO, «Le citazioni dei Grammatici», em G. CAVALLO, P. FEDELI, A. GIARDINA (eds.), *Lo spazio letterario di Roma Antica*, vol. III, Roma 1999, pp. 597-646.

em que cada um destes textos foi utilizado, bem como a forma como os seus autores integravam o saber do passado no momento presente.

Perceber a estrutura onomástica romana que conhecemos tão bem atestada em inúmeros testemunhos epigráficos, foi o objecto de muitos estudos. Pretende-se acrescentar a essa visão da utilização prática e tão variada dos nomes próprios uma outra perspectiva, que é mais teórica — a que durante séculos foi ensinada através das obras dos gramáticos latinos. A articulação dos dados que se recolhem na epigrafia com as regras documentadas nas suas gramáticas, permite-nos ter uma visão mais abrangente do uso, da adequação e da mudança que afectaram os nomes próprios, dando origem ao esquema onomástico utilizado na maioria das línguas românicas, entre elas o Português.

Os textos analisados situam-se no espaço de tempo que decorre entre os séculos I a.C./I d.C. e os séculos VIII e IX. Num período de tempo tão amplo, há que ter em conta que a estrutura onomástica evoluiu a par com a estrutura social. Destacamos, em particular, duas grandes transformações que E. Benveniste descreveu como: «le fractionnement de la grande famille en familles distinctes»; bem como a que levou a que «les anciennes divisions sociales, fondées sur la descendance généalogique, sont remplacées progressivement par les groupements que détermine l'habitat commun»². Como tal, ainda que nos textos dos gramáticos latinos se repetam exactamente palavras como *familia* e *gens*, por exemplo, o significado exacto que lhes é atribuído será diferente no séc. I d.C. ou no séc. VIII d.C., pois a estrutura social que lhes está subjacente também já é bastante diferente. Vejamos como é referida a estrutura onomástica romana nas obras de alguns *grammatici latini*.

Varrão (116-27 a.C.)

O autor utiliza as palavras *nomen* e *uocabulum* para designar os nomes próprios e os nomes comuns, respectivamente. Distingue estas duas categorias da seguinte forma:

*Sequitur de nominibus, quae differunt a uocabulis ideo quod sunt finita ac significant res proprias, ut Paris Helena, cum uocabula sint infinita ac res com<m>unis designent, ut uir mulier*³.

Varrão segue e desenvolve na sua teoria gramatical a importância da oposição entre o infinito e o finito, uma oposição determinante para a distinção entre os nomes próprios e os nomes comuns³.

Neste capítulo, seguem-se considerações mais detalhadas sobre os processos de formação dos nomes, não existindo, na parte que conhecemos, qualquer referên-

2. Cf. E. BENVENISTE, *Le vocabulaire des institutions Indo-Européennes*, Paris 1969, pp. 309-310.

3. Cf. VARRO, *ling.* 8, 41 § 80.

4. Cf. L. HOLTZ, *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical*, Paris 1981, pp. 127 ss.

cia aos diferentes tipos de elementos que constituíam o nome próprio dos cidadãos romanos.

Probo (séc. I-II d.C.)

No capítulo sobre o nome, o autor utiliza o esquema descritivo da classificação dos nomes que vai perdurar nas artes posteriores. Em primeiro lugar dá uma definição de nome — o que designa um ser — e acrescenta a distinção básica entre nomes próprios e comuns — em particular ou em geral⁵:

Os exemplos correspondem a realidades facilmente identificáveis:

<i>nomina</i>	<i>proprie</i>	<i>Roma</i>	<i>Tiberis</i>	<i>Diocletianae</i>
	<i>communiter</i>	<i>urbs</i>	<i>flumen</i>	<i>thermae</i>

O autor diferencia, em segundo lugar, *nomina generalia* e *specialia*⁶:

<i>nomina</i>	<i>generalia</i>	<i>homo</i>	<i>avis</i>	<i>arbor</i>
	<i>specialia</i>	<i>Cato</i>	<i>columba</i>	<i>pinus</i>

Em terceiro lugar, distingue os nomes próprios dos nomes apelativos, pois os primeiros designam os deuses e os homens⁷. Refere, então, os quatro elementos que constituem os nomes próprios dos homens: o *praenomen*, o *nomen*, o *cognomen* e o *agnomen*. Ilustra cada um destes tipos de nomes com o exemplo paradigmático e que será repetido durante séculos, o nome de Públio Cornélio Cipião Africano.

Emílio Aspro (séc. II-III d.C.)

Na sua *ars grammatica*, este autor começa por dar uma primeira definição geral de nome: *Nomen est pars orationis qua res quaeque appellatur*. Especifica ainda que o nome pode designar três tipos de realidades:

5. *Sunt nomina, quae rem proprie communiterue significant: proprie, ut puta Roma Tiberis Diocletianae et cetera talia; communiter, ut puta homo urbs flumen thermae et cetera talia* (GL 4, 119).

6. *Sunt nomina generalia, ut puta homo avis arbor et cetera talia. Sunt nomina specialia, ut puta Cato columba pinus et cetera talia* (GL 4, 119).

7. *Sunt nomina propria, id est deorum uel hominum, quibus uocantur. Sunt nomina appellatiua, id est animalium uel quae ex aliqua re hominibus accidunt* (GL 4, 119).

<i>animalis</i>	<i>homo</i>	<i>Cato</i>
<i>inanimalis</i>	<i>arbor</i>	<i>lapis</i>
<i>incorporalis</i>	<i>perfidia</i>	<i>clementia</i>

Os exemplos indicados não correspondem ainda à distinção entre nomes próprios e apelativos que o autor faz em seguida, com uma expressão que vai ser conservada por gramáticos posteriores: *Qualitas nominum bipertita est: aut enim propria sunt nomina aut appellatiua*. Em seguida, o autor enumera e exemplifica os quatro tipos de nomes próprios⁸:

<i>praenomina</i>	<i>gentilia</i>	<i>cognomina</i>	<i>agnomina</i>
<i>Caius, Marcus</i>	<i>Iulius, Porcius</i>	<i>Caesar, Cato</i>	<i>Numidicus, Germanicus</i>

É de notar que Aspro utiliza o adjectivo *gentilia* em alternativa à forma mais comum, o substantivo *nomen*, o que destaca a relação deste elemento onomástico com a *gens*⁹.

Este autor introduz em seguida uma referência ao número de elementos que podem constituir a frase onomástica: um, dois, três ou quatro. Esta observação corresponde a uma análise onde é dada importância ao número de elementos do nome, não apenas do ponto de vista jurídico e social, como sucede em Quintiliano¹⁰, por exemplo. De facto, entre outros factores, há que considerar que, no Império Romano, nem todos se regiam por este sistema onomástico e com o alargamento da cidadania romana e a evolução da sociedade, bem como, com o contacto com outras culturas e sociedades, onde os nomes próprios tinham menos elementos, a estrutura possível para a frase onomástica evoluiu e diversificou-se. Os exemplos dados, pelo E. Aspro e por outros gramáticos posteriores que abordam a mesma questão, são exemplos que eram perfeitamente adequados à aprendizagem da língua latina e da história de Roma: Rómulo, exemplo de um só nome; Páris Alexandre, citado como exemplo de nome com dois elementos; e Públio Cornélio Cipião Africano, o exemplo paradigmático da utilização dos quatro elementos onomásticos¹¹.

8. *Propriorum alia praenomina dicuntur, Caius Marcus, alia gentilia, Iulius Porcius, alia cognomina, ut Caesar Cato, alia agnomina, ut Numidicus Germanicus* (GL 5, 549).

9. *Gens* corresponde, segundo BENVENISTE, *Le vocabulaire des institutions...*, cit., pp. 257-258, a uma unidade que funciona como um clã, onde encontramos uma relação familiar genética e também social: «L' abstrait en -ti- dénote la "naissance" et en même temps la classe des êtres unis par le lien de leur "naissance", celle-ci servant et suffisant à définir un certain groupe social.» O autor acrescenta ainda que «le sens de ces termes dépend étroitement du sens de la racine *gen- qui n'indique pas seulement la naissance physique, mais la naissance comme fait social.» (cf. BENVENISTE, *Le vocabulaire des institutions...*, cit., p. 315). O autor dá como exemplos nomes gentilícios que no séc. II d.C. eram muito comuns em Roma e em diferentes partes do Império.

10. Na *Institutio Oratoria*, dada a natureza e objectivos desta obra na formação retórica do orador, apenas se faz referência à estrutura da frase onomástica romana no livro VII, § III, quando o autor refere o que caracteriza o escravo.

11. *Sunt et unica, ut Romulus, et bina, ut Paris Alexander, et quae omnia unius sunt, ut Publius*

Liber de praenominibus

(*Caius Titius Probus* — em versão de *Iulius Paris* — séc. IV)

Trata-se de um texto de autor desconhecido, provavelmente da autoria do gramático *Titius Probus*, segundo Salway¹², que foi incluído no epítome da obra de Valério Máximo feito por *Iulius Paris*. Embora a principal fonte nele referida seja Varrão, trata-se de um texto claramente tardio, do qual se conhece apenas a parte que trata dos *praenomina*.

A onomástica romana é comentada no *liber de praenominibus* de uma forma distinta da dos restantes textos analisados. O texto inicia-se com um comentário à questão do número de elementos que integravam a frase onomástica romana, indicando as informações dadas por Varrão de que Rómulo, Remo, por exemplo, tinham apenas um nome; o autor refere também os que contrariam esta ideia argumentando que Reia Sílvia, por exemplo, teria tido dois¹³. Depois da menção de vários exemplos, o autor do texto refere o facto da tradição dos antepassados poder ter tido de facto influência no número de elementos da frase onomástica. O autor passa então a definir os elementos da frase onomástica. O *nomen* é associado à identificação da *gens* e os restantes são definidos pela posição que ocupam na frase onomástica: o *praenomen* é colocado antes do *nomen*; o *cognomen* é o que vem depois; e o que vem em última posição é o *agnomen*¹⁴. Embora estas definições em nada se afastem da definição e esquema clássico da onomástica romana, é interessante o comentário que o autor faz relativamente à confusão que existiria (o que o autor diz tratar-se de um *perplexum usum praenominum et cognominum*) entre os vários tipos de nomes próprios, o que é, a meu ver, uma referência clara à progressiva perda da funcionalidade dos elementos da frase onomástica romana¹⁵.

Cornelius Scipio Africanus (GL 5, 549).

12. Cf. B. SALWAY, «What's in a name? A survey of Roman Onomastic Practice from c. 700 B.C. to A.D. 700», *JRS* 84, 1994, p. 125, nota 4.

13. *Varro simplicia in Italia nomina fuisse ait existimationisque suae argumentum refert, quod Romulus et Remus et Faustulus neque praenomen ullum neque cognomen habuerint. Qui ab eo dissentiunt aiunt matrem eorum Ream Siluiam uocatam, auum Siluium Numitorem, fratrem eius Amulium Siluium, ac superiores Albanorum reges Capetum Siluium, Agrippam Siluium, posterioresque duces Mettium Fufetium et Tutorem Cloelium uocatos. Nec contenti bis ad Sabinos transgrediuntur: Titum Tatium, Numam Pompilium et patrem eius Pompium Pompilium, eiusdemque regionis principes enumerant Pustulanum Lauranum, Volesum Valesium, Mettum Curtium, Alium Fumusilleaticum. E Tuscis [re]citant Lartem Porsennam, ab Aequiculis Septimum Modium, primum regem eorum, et Fertorem Resium, qui ius fetiale constituit. In hunc modum Varronis sententia subruitur* (KEMPF, 1966, p. 588).

14. *Quod [proprietaem]/proprie ita [nomen] dicitur, hoc distat, quia eo gens cognoscitur, ideoque dicitur gentilicium. Cetera ordine uariantur: nam quod praeponeitur praenomen, quod post fertur cognomen, quod ad ultimum adicitur agnomen est* (KEMPF, cit.).

15. *Quorum series non ita, ut exposui, semper seruata est: animaduerto enim in consulum fastis perplexum usum praenominum et cognominum fuisse. Dictum Postumum Cominium Auruncum et Postumum Aebutium Heluam et Vopiscum Iulium et Opitrem Verginium Tricostum et Paulum Fabium Maximum. Quin etiam quaedam cognomina in nomen uersa sunt, ut Caepio: namque hoc in Bruto nominis locum obtinuit* (KEMPF, cit.).

Após estas observações, são mencionados os vários *praenomina* que existiam entre os romanos e é explicada qual a sua origem, ‘etimológica’ ou lendária¹⁶. O texto termina com a indicação dos *praenomina* usados pelas mulheres e por uma referência às origens do uso de Gaia pelas noivas¹⁷.

Entre as referências à onomástica romana feitas nas obras dos *grammatici latini*, o *liber de praenominibus* salienta-se pela fuga à estrutura dos conteúdos que é repetida em praticamente todos os outros textos da época; distingue-se também pelo elevado número de nomes nele indicados, o que justificou a sua menção em manuais de epigrafia como é o caso do *Cours d'épigraphie latine* de Cagnat.

Donato (séc. IV d.C.)

Na sua *Ars Maior*, no capítulo sobre o nome, o autor define o nome enquanto parte de oração: *Nomen est pars orationis cum casu corpus aut rem proprie communiterue significans, proprie, ut Roma Tiberis, communiter, ut urbs flumen* (HOLTZ, 614, 1). Uma definição concisa onde são diferenciados os nomes próprios e os nomes comuns, recorrendo a exemplos que seriam facilmente memorizáveis: Roma para cidade e Tibre para rio.

O autor especifica as diferenças entre as palavras *nomen*, *appellatio* e *uocabulum*¹⁸:

<i>Nomen</i>	<i>appellatio</i>	<i>uocabulum</i>
<i>unius hominis</i>	<i>multorum</i>	<i>rerum</i>

Indica, em seguida, os dois tipos de nomes: próprios e apelativos¹⁹. Passando imediatamente à enumeração dos quatro tipos de nomes próprios que existem, especificamente, na onomástica romana (*secundum latinos*)²⁰: o *praenomen*, o *nomen*, o *cognomen* e o *agnomen*. A exemplificação destas quatro espécies de nomes

16. Vejam-se, por exemplo, as explicações relativas à origem de *Lar, Tuscus, Staius, Faustus e Tullus: Lartis praenomen sumptum est a laribus, Tuscum autem esse creditum, fuitque consul Lar Herminius cum T. Verginio Tricosto. Staius a stabilitate, Faustus a fauore praenomina ceperunt. Tullus praenominatus est ominis gratia quasi tollendus, o littera in u conuersa* (KEMPF, cit.).

17. *Antiquarum mulierum frequenti in usu praenomina fuerunt Rutila, Caesellia, Rodacilla, Murrula, Burra a colore ducta. Illa praenomina a uirilibus tracta sunt, Gaia, Lucia, Publia, Numeria. Ceterum Gaia usu super omnes celebrata est: ferunt enim Gaiam Caeciliam, Tarquini Prisci regis uxorem, optimam lanificam fuisse et ideo institutum, ut nouae nuptae ante ianuam mariti interrogatae quanam uocarentur Gaias esse se dicerent* (KEMPF, cit.).

18. *Nomen unius hominis, appellatio multorum, uocabulum rerum est* (HOLTZ, 614).

19. *Qualitas nominum bipertita est. Aut enim propria sunt nomina aut appellatiua* (HOLTZ, 614).

20. Outros gramáticos, sobretudo os que são de origem grega ou estão ligados ao mundo grego, como Diomedes, por exemplo, comparam o sistema onomástico romano com o grego, sendo evidente que as suas obras eram destinadas ao ensino da língua latina a falantes nativos de grego, ou outros, e que por isso conheceriam uma realidade onomástica distinta.

é feita de forma bastante simples, com a enunciação do exemplo, que é comum a praticamente todos os gramáticos: Públio Cornélio Cipião Africano²¹.

Donato acrescenta ainda uma particularidade relativamente aos *praenomina*: as normas para a sua representação ortográfica através de abreviaturas, formadas ou por uma única letra, por duas ou por três²². O autor dá como exemplos G. e P., GN. e SEX., que coincidem com as abreviaturas de *praenomina* bem conhecidas nos textos epigráficos.

O gramático aborda a questão dos nomes próprios de forma bastante concisa, relativamente a outros gramáticos da sua época. No entanto, esta brevidade vai ser abandonada pelos vários comentadores das suas artes, que elaboraram comentários muito alargados às palavras utilizadas por Donato²³.

Carísio (séc. IV d.C.)

O autor dá a definição geral de nome idêntica à dos autores anteriores. Também os exemplos que ilustram a diferença entre os nomes que designam algo em sentido próprio e os nomes comuns são os mesmos, mas organizados da seguinte forma²⁴:

<i>nomina</i>	<i>proprie</i>	<i>Roma</i>		<i>Tiberis</i>
	<i>communiter</i>	<i>urbs</i>	<i>ciuitas</i>	<i>flumen</i>

À forma *Roma* correspondem os dois nomes comuns, *urbs* e *ciuitas*, que são entendidos pelo autor como designando elementos que se complementam, a cidade de Roma e os seus habitantes, embora as duas formas possam aqui ser consideradas como semanticamente equivalentes²⁵.

Após esta primeira definição dos nomes, Carísio indica os dois tipos: os nomes próprios e os apelativos. Indica em seguida os quatro tipos de nomes próprios dos

21. *Propriorum nominum secundum latinos quattuor sunt species, praenomen, nomen, cognomen, agnomen, ut Publius Cornelius Scipio Africanus* (HOLTZ, 614).

22. *Omnia praenomina aut singulis litteris notantur, ut G P, aut binis, ut GN, aut ternis, ut Sex* (HOLTZ, *cit.*).

23. R. VAINIO afirma que: «In Donatus' grammar the language is most technical and he never uses the periphrasis, contrary to his commentators (especially Pompeius) whose style in general is explanatory» — cf. R. VAINIO, «Use and Function of Grammatical Examples in Roman Grammarians», *Mnemosyne* 53, 1, 2000, p. 36. Veja-se também C. SÁNCHEZ MARTÍNEZ, *La etimología latina: concepto y métodos*, Murcia 2002, p. 87 — a autora refere que «las dos artes donacianas fueron comentadas como si se tratara de textos que no se entendían».

24. *Nomen est pars orationis cum casu sine tempore significans rem corporalem aut incorporalem proprie aut communiter, ut Roma Tiberis, communiter, ut urbs ciuitas flumen* (BARWICK, 1964², 193, 9).

25. Nesta aceção, *urbs* e *ciuitas* referem-se ao conjunto da cidade e dos seus habitantes; trata-se de um valor semântico adquirido por metonímia — cf. T. LEWIS, C. SHORT (eds.), *A Latin Dictionary*, Oxford 1879.

homens, o *praenomen*, o *nomen*, o *cognomen* e o *agnomen*, que são ilustrados, mais uma vez, com o exemplo ‘Públio Cornélio Cipião Africano’²⁶. O autor não se fica pela mera enumeração dos quatro elementos do nome latino, sente necessidade de os definir, acrescentando exemplos, explicando a que é que cada um se refere, como é que é atribuído e qual a posição que ocupa na frase onomástica. Segundo o seguinte esquema:

Tipo de nome:	O que é? Como é atribuído?	Exemplos:
<i>praenomen</i>	<i>Est quod nomini praepositur;</i>	<i>ut Publius.</i>
<i>nomen</i>	<i>Quod familiae originem declarat</i>	<i>ut Cornelius</i>
<i>cognomen</i>	<i>Quod nomini subiungitur</i>	<i>ut Scipio</i>
<i>agnomen</i>	<i>Quod extrinsecus adici solet;</i> <i>Cognominibus ex aliqua ratione</i> <i>aut uirtute adduntur.</i>	<i>ut Africanus;</i> <i>uelut Africanus, Creticus, Asiaticus,</i> <i>Numantinus et his similia.</i>

No quadro, é perceptível a simplicidade procurada pelo autor, num texto com claras funções didácticas, escrito para um público que já necessita saber mais que as designações dos quatro tipos de elementos do nome próprio. É necessário ensinar e explicar que o *agnomen* é adicionado depois do *cognomen* e que é atribuído, geralmente, pela prática de uma acção ou como referência a uma virtude ou defeito. O *praenomen* é apenas identificado como o que é colocado antes do *nomen*; uma definição apenas pela sua posição na frase onomástica, sem menção da forma como podia ser abreviado. O *nomen* é definido como o elemento que identifica a família. O *cognomen*, à semelhança do *praenomen*, é definido apenas como o elemento que vem depois do *nomen*. Finalmente, o autor refere novamente o *agnomen*, complementando as informações dadas no início do parágrafo, explicitando o seu carácter adicional e exterior ao indivíduo.

Dosíteo (séc. IV d.C.)

Não são conhecidas muitas informações sobre a vida deste gramático; sabemos o seu nome, grego, e conhecemos a sua *ars grammatica*, que tem a particularidade de apresentar além do texto latino, uma versão em grego, com anotações complementares, que indicam que foi utilizada no ensino do latim, como língua estrangeira, a falantes nativos de grego. Considerando apenas o capítulo relativo aos nomes, em especial a parte que se refere aos nomes próprios, é de notar ainda a explicação etimológica da palavra *nomen* a partir do grego (*uel a graeca origine παρά τὸ ὄνομα*).

26. *Nomina aut propria sunt aut appellatiua. Propria hominum tantum modo, quae in species quattuor diuiduntur, praenomen nomen cognomen agnomen, ut Publius Cornelius Scipio Africanus* (BARWICK, cit.).

A definição geral de nome é comum às que vimos anteriormente — é identificado como uma parte da oração distinta do verbo, pois é flexionado em caso e não em tempo verbal, que designa algo concreto ou abstracto e que pode ser próprio ou comum, sendo indicados como exemplos, Roma e Tibre, cidade e rio²⁷. Como referimos antes, o autor acrescenta a tentativa de explicação da etimologia da palavra *nomen*: *Nomen dicitur, quod unam quamque rem notat, quasi notamen sublata media syllaba per syncopen, uel a graeca origine παρὰ τὸ ὄνομα*. O mesmo tipo de explicação etimológica é partilhada por outros gramáticos, como por exemplo, Sérvio (b), um dos comentadores de Donato, e Isidoro de Sevilha²⁹.

O autor indica e exemplifica várias categorias de nomes que designam algo em particular²⁹:

<i>deorum</i>	<i>hominum</i>	<i>urbium</i>	<i>prouinciarum</i>	<i>insularum</i>	<i>montium</i>	<i>fluminum</i>
<i>Iuppiter</i>	<i>Romulus</i>	<i>Roma</i>	<i>Africa</i>	<i>Sicilia</i>	<i>Apenninus</i> <i>Pyrenaeus</i>	<i>Pactolus</i>

Só depois passa a indicar e explicar os quatro nomes próprios (dos homens)³⁰:

Tipo de nome:	O que é? Como é atribuído?	Exemplos:
<i>Praenomina</i>	<i>Quae nominibus gentiliciis praepouuntur;</i>	<i>ut Marcus Publius.</i>
<i>Gentilicia</i>	<i>Quae a familia et gente descendunt;</i>	<i>ut Porcius Cornelius.</i>
<i>Cognomina</i>	<i>Quae nominibus gentiliciis subiunguntur;</i>	<i>ut Cato Scipio.</i>
<i>Agnomina</i>	<i>Quae cognominibus ex aliqua ratione aut uirtute adduntur.</i>	<i>ut Africanus Creticus et his similia.</i>

As definições e exemplos dados para cada um dos tipos de nomes são idênticas às que encontramos em outros gramáticos do mesmo período. O *praenomen* e o *cognomen* são definidos sobretudo pela posição em relação ao *nomen*, anterior e posterior, respectivamente. Note-se ainda o uso da forma do adjectivo *gentilicium*, em substituição de *nomen*, reforçando a sua ligação à *gens*.

27. *Nomen est pars orationis cum casu sine tempore rem corporalem aut incorporalem significans proprie communiterue : proprie, ut Roma Tiberis, communiter, ut ciuitas flumen* (TOLKIEHN 1913, 27-2).

28. Cf. SÁNCHEZ MARTÍNEZ, *La etimología latina...*, cit., Murcia 2002, pp. 84 ss.

29. *Nota tamen nomina quae specialiter proprieque dicuntur, item quae unica et sola sunt, deorum, ut Iuppiter, hominum, ut Romulus, urbium, ut Roma, prouinciarum, ut Africa, insularum, ut Sicilia, montium, ut Apenninus Pyrenaeus, fluminum, ut Pactolus* (TOLKIEHN, cit.).

30. *Propriorum nominum alia sunt praenomina, quae nominibus gentiliciis praepouuntur, ut Marcus Publius; alia propria gentilicia, quae a familia et gente descendunt, ut Porcius Cornelius; alia cognomina, quae nominibus gentiliciis subiunguntur, ut Cato Scipio: ordinantur enim sic, Marcus Porcius Cato, Publius Cornelius Scipio; alia agnomina, quae cognominibus ex aliqua ratione aut uirtute adduntur, ut Africanus Creticus et his similia* (TOLKIEHN, cit.).

Diomedes (séc. IV-V d.C.)

Encontramos na sua *ars* uma explicação da estrutura onomástica latina, onde é feita uma comparação com a onomástica grega³¹. O autor procura encontrar equivalências entre os quatro tipos de elementos do nome romano e os elementos que constituíam o nome grego³² — trata-se de um texto pensado para o ensino da gramática latina a falantes nativos do grego ou pelo menos que viviam em ambiente grego, à semelhança da obra de Dosíteo, que vimos antes. É um exemplo do ensino de um sistema onomástico num contexto onde ele é claramente não funcional.

O capítulo inicia-se com a definição geral de nome, como parte da oração que designa alguma coisa, corporal ou não, em geral ou em particular³³, referindo, em seguida, a obra de Terêncio Escauro³⁴.

Distingue os nomes próprios dos nomes apelativos, definindo-os como os que designam alguma coisa específica e limitada, citando exemplos de nomes de deuses, de homens, de cidades — o autor dá como exemplo Tróia e não Roma —, de províncias, de ilhas, de montes e de rios³⁵:

<i>deorum</i>	<i>hominum</i>	<i>urbium</i>	<i>prouinciarum</i>	<i>insularum</i>	<i>montium</i>	<i>fluminum</i>
<i>Iuppiter</i>	<i>Romulus</i>	<i>Troia</i>	<i>Africa</i>	<i>Sicilia</i>	<i>Pyrenaeus</i>	<i>Pactolus</i>
<i>Liber</i>						

Segue-se então uma longa e exaustiva descrição dos quatro tipos de nomes próprios latinos, seguidos da respectiva equivalência e transposição para a realidade onomástica grega, sobretudo a mitológica e literária, de personagens como Ulisses e Aquiles.

Numa primeira parte, o autor define então os quatro tipos de nomes próprios:

31. Cf. M. BARATIN, «Concept de latinité dans les grammaires latines antiques», *Ktema* 13, 1988, pp. 191-192.

32. Veja-se o estudo de J.N. ADAMS, «Bilingualism at Delos», em J.M. ADAMS, M. JANSE, S. SWAIN (eds.), *Bilingualism in Ancient Society. Language Contact and the Written Word*, Oxford 2005, pp. 103-127, sobre a adequação do sistema onomástico romano em Delos, no seio de uma comunidade onde existia bilinguismo (Grego-Latim).

33. *Nomen quid est? Nomen est pars orationis cum casu sine tempore rem corporalem aut incorporealem proprie communiterue significans, proprie, ut Roma Tiberis, communiter, ut urbs flumen* (GL 1, 320).

34. *Sed ex hac definitione Scaurus dissentit. Separat enim a nomine appellationem et uocabulum. Et est horum trina definitio talis : nomen est quo deus aut homo propria dumtaxat discriminatione enuntiatur, cum dicitur ille Iuppiter, hic Apollo, item Cato iste, hic Brutus* (GL 1, 320).

35. *Propria sunt quae propriam et circumscriptam qualitatem specialiter significant; item quae unica et sola sunt deorum, ut Iuppiter, et quae bina, ut Liber pater, hominum, ut Romulus, urbium, ut Troia, prouinciarum, ut Africa, insularum, ut Sicilia, montium, ut Pyrenaeus, fluminum, ut Pactolus* (GL 1, 320-321).

Tipo de nome:	O que é? Como é atribuído?	Exemplos:
<i>Praenomen</i>	<i>Quod nominibus gentiliciis praepositur</i>	<i>ut Marcus Puplius.</i>
<i>nomen proprium est gentilicium</i>	<i>Id est quod originem familiae uel gentis declarat</i>	<i>ut Porcius Cornelius.</i>
<i>cognomen</i>	<i>Est quod unius cuiusque proprium est et nominibus gentiliciis subiungitur.</i>	<i>ut Cato Scipio.</i>
<i>agnomen</i>	<i>Est quod extrinsecus cognominibus adici solet ex aliqua ratione uel uirtute quaesitum</i>	<i>ut Africanus Numantinus et similia.</i>

Estas definições seguem as que vimos nas obras anteriores, tendo no entanto uma particularidade interessante, na definição de *cognomen*: o autor apresenta-o claramente como o nome individual de cada um (*unius cuiusque proprium est*), ou seja, aquele que, colocado depois do nome de família, identifica o indivíduo. Diomedes desenvolve esta questão, criando um quadro de equivalência com a onomástica grega, indicando exemplos e realçando mais as semelhanças do que as diferenças³⁶:

Tipo de nome - designação latina/grega	O que é? Como é atribuído?	Exemplos:
<i>praenomen proonymos</i>	<i>Hoc gentilicio nomini praepositur</i>	<i>Alexander, Achilles, Pyrrus, Olixes</i>
<i>Est autem gentile nomen</i>	<i>Quod originem familiae declarat</i>	<i>Dardanius, Aecides, Arsiciades</i>
<i>Est autem cognomen</i>	<i>Quod cuiusque personae propriam notat definitionem. Sumuntur autem cognomina tripliciter, aut a qualitate uel quantitate corporis, ut est apud nos* uel animi uel facti...</i>	<i>ut est Paris (sicut apud illos a facto Paris est cognominatus), Podoces, Neoptolemos, Odyseus</i>
<i>agnomen ἐπιγένητον</i>	<i>Ex aliqua uirtute forinsecus quaesitum, quo cognomina discriminantur.</i>	<i>Polytlas (Vlixis agnomen)</i>

36. *Apud illos Alexander proonymos est, quod nos praenomen dicimus; hoc gentilicio nomini praepositur. Est autem gentile nomen Dardanius, quod originem familiae declarat. Tripertita post modum frequentauit compositio uice cognominis specialiter posita gentilique nomini subiuncta. Est autem cognomen quod cuiusque personae propriam notat definitionem. Nam in eadem gentilitate multi Dardanii, sed ad cognoscendam cuiusque proprietatem et quis ex multis intellegi debeat cognomen ostendit, ut est Paris. Sumuntur autem cognomina tripliciter, aut a qualitate uel quantitate corporis, ut est apud nos * uel animi uel facti, sicut apud illos a facto Paris est cognominatus. Eodem modo Achilles praenomen est, nomen Aeacides, cognomen specialiter positum a facto, id est a pedum uelocitate, podoces. Siquis ergo uelit haec simul tria copulare, sic ordinet, Achilles Aeacides podoces, Pyrrus Aeacides Neoptolemos, Alexander Dardanius Paris. His etiam unum accedit, agnomen ex aliqua uirtute forinsecus quaesitum, quod ἐπιγένητον Graeci dicunt, quo cognomina discriminantur, ut est Vlixis agnomen polytlas. Nam praenomen est, ut ait Ibycus, olixes, nomen Arsiciades, cognomen Odyseus, et ordinantur sic, Olixes Arsiciades Odyseus polytlas (GL I, 321).*

No quadro acima, é facilmente perceptível o esforço do autor para moldar a estrutura onomástica grega à estrutura onomástica latina, facilitando a aprendizagem da estrutura onomástica latina.

É também referido o facto de não existirem sempre estes quatro elementos no nome, comparando mais uma vez a onomástica grega e a latina³⁷:

Exemplos gregos	Exemplos latinos
<i>Palaemon Melicertes</i>	<i>Numa Pompilius</i>
<i>Astyanax Scamandrios</i>	<i>Tullus Hostilius</i>
	<i>Ancus Marcius</i>
	<i>Seruius Tullius</i>
	<i>Marcus Antonius</i>
	<i>Lucius Paulus</i>

O autor menciona ainda a abreviação dos *praenomina*; embora não explicitamente a que formas correspondem as letras que estão isoladas, ou associadas duas a duas ou três a três³⁸.

Consêncio (séc. V d.C.)

Encontramos no capítulo sobre o nome, na sua *Ars Grammatica*, a mesma estrutura que vimos nos casos anteriores: uma primeira definição geral do nome como parte da oração, que designa alguma coisa, dotada de existência material, ou não, em particular ou em geral³⁹:

<i>nomina</i>	<i>proprie</i>	<i>Cicero</i>	<i>Caucasus</i>	<i>Hadriaticum</i>
	<i>communiter</i>	<i>homo</i>	<i>mons</i>	<i>mare</i>

37. *Non fere tamen omnia nomina quattuor species admittunt. Quaedam enim inveniuntur apud illos unica uel dionyma, ut Palaemon Melicertes, Astyanax Scamandrios, et similiter alia, sicut apud nos Numa Pompilius, Tullus Hostilius, Ancus Marcius, Seruius Tullius, Marcus Antonius, Lucius Paulus, item alia* (GL I, 321-322).

38. *Omnia praenomina aut singulis litteris notantur, ut C. P. L., aut binis, ut GN, aut ternis, ut SEX* (GL I, 322).

39. *Nomen est pars orationis rem unam aliquam significans. Sed ea ipsa quae significantur uel corporalia sunt uel incorporalia. Corporalia uel communiter uel proprie significantur, communiter, ut homo mons mare, proprie, ut Cicero Caucasus Hadriaticum. (...) ergo appellatiuum est, ut homo urbs flumen, quia hoc communiter de omnibus hominibus urbibus fluminibus intellegitur; proprium, ut Cicero Roma Tiberis, quia sic intellegimus propria nomina, et hominis et ciuitatis et fluminis. Et propriorum quidem nominum diuersa ratio est in his quae significant quod persona est. Nam ea quidem quae significant quod persona non est, ut sunt propria urbium et fluminum ac montium et ceterorum id genus nomina, absolutum et unius modi habent intellectum* (GL 5, 338-339).

Ou ainda:

<i>nomina</i>	<i>proprie</i>	<i>Cicero</i>	<i>Roma</i>	<i>Tiberis</i>
	<i>communiter</i>	<i>homo</i>	<i>ciuitas</i>	<i>flumen</i>

Sendo os exemplos deste segundo quadro o ponto de partida para distinguir os nomes próprios dos homens dos das cidades e dos rios.

Tal como os autores anteriores, Consêncio indica os quatro tipos de nomes próprios, qualificando-os com os adjectivos correspondentes:

Tipo de nome	O que é? Como é atribuído?	Exemplos:
<i>praenomen</i>	<i>Est ergo nomen proprium praenominatiuum;</i>	<i>Publius</i>
<i>nomen</i>	<i>Est nomen proprium nominatiuum;</i> <i>Est quod quidem indicat genus.</i>	<i>Cornelius</i>
<i>cognomen</i>	<i>Est nomen proprium cognominatiuum;</i> <i>Est quo appellatur quis.</i>	<i>Scipio</i>
<i>agnomen</i>	<i>Est nomen proprium agnominatiuum;</i> <i>Est, siue unum siue plura, quod imponitur aut ab animo aut a corpore aut extrinsecus.</i>	<i>Africanus</i>

A esta primeira descrição dos quatro tipos de nomes, seguem-se então alguns comentários a particularidades. Quanto ao *praenomen*, o autor refere regra existente para a sua representação escrita através de abreviaturas, que exemplifica e explicita, com maior pormenor que o autor anterior⁴⁰. Das abreviaturas indicadas, é interessante a referência ao M com um traço por cima para o *nomen Manius*, que à semelhança das outras abreviaturas é bem conhecida nos testemunhos epigráficos.

O *nomen* é definido como o elemento onomástico que indica a pertença a uma mesma *gens*⁴¹, que aqui é claramente entendida como uma linha familiar alargada; isso é particularmente claro quando ele diz que todos os ‘Cornélios’ têm esse *nomen* porque partilham uma mesma origem, que é naturalmente, no século V, encarada numa perspectiva teórica e inverosímil.

O *cognomen* é referido como o elemento que identifica o indivíduo e pelo qual ele é chamado⁴². Relativamente ao *agnomen* é de notar que o autor não inova na sua definição, mas realça o facto de em um nome poder existir um ou mais⁴³.

40. *Sed praenomina non sine aliqua ratione imponuntur; eademque aut una littera significantur, ut P Publius, aut duabus, ut GN Gnaeus [Pompeius] et SP Spurius [Cassius], aut tribus, ut Sex Sextus [Roscius] et Ser Servius [Marius], aut M littera et linea superposita, Manius; idque ipsum a nobis, non etiam a Graecis obseruatur (GL 5, 339).*

41. *Nomen autem est quod quidem indicat genus, ut Cornelius: Cornelii enim omnes in eo genere appellantur (GL 5, 339).*

42. *Cognomen est quo appellatur quis, ut Scipio.*

43. *Agnomen est, siue unum siue plura, quod imponitur aut ab animo aut a corpore aut extrinsecus (GL 5, 339).*

Sérvio (início do séc. V)

A obra de Sérvio⁴⁴ foi uma das principais fontes utilizadas por Pompeio, que iremos tratar no número seguinte. Além deste comentário à *Ars Maior* de Donato, é-lhe também atribuída a obra conhecida sob o nome de *Sergii in artes Donati explanationes*⁴⁵.

a) *Commentarium in Donati artem maiorem*

Nesta obra, Sérvio trata a questão dos nomes, em particular os nomes próprios, de uma forma bastante objectiva e tradicional, tanto nos exemplos como na forma como está estruturada.

Distingue o nome próprio do nome apelativo por ele designar um único indivíduo, enquanto o segundo designa muitos: *Nam proprium est quod unius est, ut Hector, appellatiuum quod multorum est, ut homo.*

Explicita, em seguida, dois aspectos relativos à formação e flexão dos nomes, que não irão ser comentados neste estudo: o processo de formação de nomes próprios a partir de nomes apelativos, como por exemplo, *felix e Felix*; e o uso e declinação, no plural, dos nomes próprios, onde apela à autoridade do poeta Virgílio, de onde colhe os exemplos de ‘Mários’ e ‘Camilos’.

No capítulo específico sobre as partes da oração, Sérvio trata então dos quatro elementos que constituem a frase onomástica⁴⁶:

Tipo de nome	O que é? Como é atribuído?	Exemplos:
<i>praenomen</i>	<i>Est quod in loquendo praeponimus;</i>	<i>Publius</i>
<i>nomen</i>	<i>Est commune familiae;</i>	<i>Cornelius</i>
<i>cognomen</i>	<i>Est proprium uocabulum;</i>	<i>Scipio</i>
<i>agnomen</i>	<i>Est quod extrinsecus sumitur, uel a uirtutibus uel a uitiiis.</i>	<i>Africanus</i> <i>Gurges</i> <i>Strabo</i>

44. Sérvio terá nascido entre os anos 360 e 370 d.C. e foi professor em Roma. Sobre Sérvio veja-se R. KASTER, «The Grammarian's Authority», *Classical Philology* 75, 3, 1980, pp. 216-241.

45. Cf. R. KASTER, *Guardians of Language: the Grammarian and Society in Late Antiquity*, California 1988, p. 429.

46. *Proprium nomen in quattuor diuiditur partes, praenomen nomen cognomen agnomen. Praenomen est quod in loquendo praeponimus, ut Publius: || nomen est commune familiae, ut Cornelius: cognomen est proprium uocabulum, ut Scipio: agnomen est quod extrinsecus sumitur, uel a uirtutibus, ut Africanus, uel a uitiiis, ut Gurges Strabo (GL 4, 429).*

As definições dadas para cada um dos quatro elementos do nome dão continuidade às que vimos anteriormente, apenas é de notar que na definição de *nomen* não é utilizada a palavra *gens*, apenas *familia*, que seriam para o autor sinónimas, pois no texto que iremos analisar em seguida, também atribuído a Sérvio, são utilizadas as duas formas e aí claramente como equivalentes, pelo uso da expressão *id est*.

O autor aborda em seguida a questão do número de elementos presentes no nome; esta questão é tratada com a junção de duas perspectivas distintas: a histórica e a jurídica. Na primeira perspectiva, Sérvio dá exemplos de Rómulo que só tinha um nome, Numa Pompílio, com dois, Vergílio com três e Públio Cornélio Cipião Africano, com quatro⁴⁷. Passa então para a perspectiva jurídica de classificação da categoria do indivíduo pela sua frase onomástica: se só tem um nome, esse nome é um *cognomen*; se tem dois nomes, eles são o *praenomen* e o *cognomen*, uma frase onomástica que o autor associa aos libertos, pois segundo o seu estatuto jurídico, eles não podem ter *nomen*, porque um liberto não tem família⁴⁸.

b) [*Sergii*] *in artes Donati explanationes*

Nesta obra, o capítulo sobre o nome inicia-se com a citação de um verso virgiliano: *foliisque notas et nomina mandat* (Aen. III, v. 444) — ilustrando a origem etimológica de *nomen*. Segue-se a distinção entre nomes próprios e nomes apelativos, no capítulo *de qualitate*⁴⁹.

Os exemplos indicados são mais uma vez ‘Roma’ como nome próprio, correspondente ao nome comum ‘cidade’. O autor acrescenta ainda outros exemplos: ‘Cartago’ também como nome próprio de ‘cidade’; ‘Cirta’ como nome próprio de uma ‘colónia’; e como exemplos de nomes próprios de rios indica ‘Tigre’ e ‘Eufrates’.

Feita esta primeira distinção entre nomes próprios e comuns, o capítulo tem seguimento numa análise dos quatro tipos de nomes próprios, que é introduzida por uma alusão à célebre frase onomástica — *Publius Cornelius Scipio Africanus*.

O autor dá as seguintes definições para os quatro tipos de nomes próprios:

47. *Sed sciendum est quod plerumque contingit, ut unum tantum modo inueniatur: nam ecce Romulus unum tantum habet: plerumque duo inueniuntur, ut Numa Pompilius; plerumque tria, ut Publius Virgilius Maro; plerumque quattuor, ut Publius Cornelius Scipio Africanus* (GL 4, 429).

48. *Sane sciendum est quia, quotiens unum inuenitur, cognomen est; nemo enim potest esse sine uocabulo: quotiens duo, plerumque praenomen et cognomen, si libertus est; nam non potest libertus habere nomen, quod familiam significat, cum ipse sine familia sit* (GL 4, 429).

49. *Haec est enim qualitas: discernuntur propria nomina ab appellatiuis. Haec sunt enim appellatiua, quae communem habent significationem. Dicimus ut puta «urbs Roma»: urbs appellatiuum est, communiter significat, quoniam urbs est Roma, urbs est et Carthago; Roma proprium est, nam quae est Roma non est ipsa Carthago. Colonia dicitur Cirta: colonia appellatiuum nomen est, Cirta proprium. Cum dicis Tigris Euphrates, proprium est* (GL 4, 535).

Tipo de nome	O que é? Como é atribuído?	Exemplos:
<i>praenomina</i>	<i>Quae a nomini praeponuntur et praenomina-tiua dicuntur</i>	<i>Publius</i> <i>ut Lucius, Quintus</i>
<i>nomina</i>	<i>Quae a familia tribuuntur;</i> <i>Aut nomina gentis, id est familiae;</i>	<i>ut Cornelius</i> <i>ut Valerius, Aemilius,</i> <i>Cluentius</i>
<i>cognomina</i>	<i>Quae nomini iunguntur et cognominatiua dicuntur;</i>	<i>ut Scipio, Lentulus</i>
<i>agnomina</i>	<i>Quae cognomini iunguntur et agnominatiua dicuntur;</i> <i>Et quidquid eius modi accesserit agnomen uocabitur.</i>	<i>ut Africanus,</i> <i>Aemilianus.</i>

As definições são comuns às que encontramos nos outros autores; o *praenomen*, o *cognomen* e o *agnomen* são definidos pela posição que ocupam na frase onomástica. Quanto ao *nomen*, em primeiro lugar, o autor refere-se à sua origem na família. Numa segunda menção, ele é referido como o nome da *gens*, que é assumida pelo autor como sinónimo de *familia*, quando ele diz: *Aut nomina gentis, id est familiae*.

O autor refere-se ainda às particularidades do uso dos *praenomina*: eram utilizados apenas por cidadãos romanos (*Praenomina tantum Romanis hominibus sunt*) e eram registados geralmente com as suas formas abreviadas, com uma letra, com duas ou com três (*Ea singulis uel binis uel ternis litteris notantur*). O autor ilustra as abreviaturas: G. para Gaius, M. para Marcus, L. para *Lucius*; GN. para *Gnaeus*, PM. para *Pompeius*; SEX. para *Sextus* e SPS. para *Spurius*. As abreviaturas G, M, L, GN e SEX são muito comuns na epigrafia. No entanto, as abreviaturas PM. para *Pompeius* e SPS para *Spurius* são desconhecidas nos textos epigráficos. Note-se ainda que estes dois nomes próprios são conhecidos na epigrafia pagã utilizados sobretudo como *nomina* e não como *praenomina*⁵⁰. Na epigrafia paleocristã são pouco frequentes.

Os agnomes também são objecto de uma explicação mais detalhada. O autor indica e exemplifica com maior precisão como é que eles são atribuídos⁵¹. Os exemplos indicados, bem como a forma como são explicados, inserem-se plenamente no

50. Cf. W. SCHULZE, *Zur Geschichte lateinischer Eigennamen*, Hildesheim 1904, p. 95.

51. *Agnomina summuntur ex moribus et laude, ut Metellus Creticus; Metellus enim Cretam subegit et Creticus dicitur; Aeneas Pius, Piso Frugi: ex moribus et uituperatione, ut Tarquinius Superbus, Manlius Imperiosus [manlius torquatus]; ex fortuna, ut Crassus Diues, Sylla Felix: Lucanus 'meruit felix Sylla uocari'; ex euentu, ut Coruinus; a meritis, ut Torquatus: Manlius enim quendam Gallum fortissimum peremerat, cuius torquem suo collo conectens Torquatus est dictus [Coruinus ab augurio corui. Alia ab ordine, ut primus uersus Troiae qui primus ab oris]; a natura, ut Dentatus: Curius enim dentatus natus est, ex hoc est dictus; a qualitate, ut Sapiens; a quantitate, ut Magnus [Graecus, Hispanus]; a loco, ut Caudinus Gabinus (GL 4, 536).*

espírito pedagógico do texto gramatical, pois todos eles remetem para a tradição mítica e literária da história de Roma.

Pompeio (séc. V-VI d.C.)

Este gramático exerceu grande parte da sua actividade como pedagogo no Norte de África, no final do séc. V e início do séc. VI⁵². A sua obra é um comentário às Artes de Donato, que eram, no seu tempo obras centrais no sistema de ensino da língua latina no Ocidente. Kaster diz que a obra de Pompeio, mais do que um comentário ao texto de Donato, é um desenvolvimento da obra gramatical de Sérvio, o autor de que tratámos no número anterior. Afirma Kaster que: «The vagueness makes itself felt in another, more unsettling form: Pompeius's inconsistent discrimination between Donatus and Servius, the text he is supposed to be commenting and the commentary he is using as his source»⁵³.

Este autor caracteriza-se pelo amplo e exagerado desenvolvimento de cada um dos aspectos gramaticais, repetindo pelo menos duas vezes cada pormenor ou regra, procurando garantir a utilidade da sua obra por meio de uma ampla exemplificação prática⁵⁴. O capítulo sobre os nomes não é excepção a estas características: várias vezes são repetidas as definições, em primeiro lugar, de nome próprio e nome comum, e depois dos quatro tipos de elementos do nome próprio. É também característica muito conhecida da sua obra a vivacidade do discurso, o que levou Kaster a afirmar mesmo que: «Pompeius is a man talking, not writing, and talking with his audience either face-to-face or vividly fixed in his imagination»⁵⁵. Além disso, esta é talvez uma das obras gramaticais que melhor deixa transparecer o tempo e o espaço em que foi escrita. O autor refere-se, por exemplo, ao nome *Gaudenti*, como um nome 'típico' de escravo e facilmente reconhecível como tal pelo seu público alvo; utiliza também com bastante frequência expressões que distinguem o que é ensinado e que funcionou no passado e o que é a realidade do uso no seu tempo.

Como referimos acima, o capítulo sobre os nomes inicia-se com a distinção entre nomes próprios e nomes comuns: *Qualitas nominum principaliter diuiduntur in duas partes. Omnia enim nomina apud Latinos aut propria sunt aut appellatiua. Vide quod tibi dico: aliud enim habent Graeci: omnia nomina apud Latinos aut propria sunt aut appellatiua. In rerum natura aliam diuisionem non habes apud Latinos. Quaecumque sunt nomina apud Latinos, si propria non fuerint, appellatiua sunt; si item appellatiua non fuerint, propria sunt. Sed subdiuisiones sunt apud nos* (GL 5, 139).

52. M. DE NONNO, «Pompeo», em *Enciclopedia Virgiliana*, 4, Roma 1988, p. 196.

53. Cf. KASTER, *Guardians of Language...*, cit., p. 145.

54. Cf. nota 17; cf. também VAINIO, «Use and Function of Grammatical...», cit., p. 43.

55. Cf. KASTER, *Guardians of Language...*, cit., p. 156.

Podemos ver neste excerto um exemplo da exagerada repetição do dois grandes tipos de nomes. Segue-se então a análise dos subtipos dentro de cada uma das categorias: vinte e sete tipos de nomes apelativos ou comuns e quatro tipos de nomes próprios.

Os quatro elementos da frase onomástica são definidos e exemplificados pelo autor mais do que uma vez. Incluem-se no quadro seguinte as definições e informações relativas a cada um dos quatro tipos de nomes próprios, excepto as que são repetidas:

Tipo de nome	O que é? Como é atribuído?	Exemplos:
<i>praenomen</i>	<i>Dicitur quod in loquendo praeponitur;</i> <i>Ergo ideo dicuntur praenomina quoniam nominibus praeferentur;</i> <i>Interim scire debes quia praenomina sunt quae nominibus praeponuntur.</i>	<i>ut Publius</i>
<i>nomina</i>	- <i>Dicuntur quae sunt communia familiis: non hominum sed familiae;</i> - <i>Modo in usu aliter putamus: nomen putamus quod est proprium;</i> - <i>Nomen est autem quod est commune familiae;</i> - <i>Quod autem est commune familiae non appellatur cognomen, sed appellatur nomen;</i> - <i>Ecce res est communis familiae;</i> - <i>*quando de familia loquimur, nomen dicimus.</i> - <i>ut nomina dicamus familiae;</i>	<i>ut Cornelia familia.</i>
<i>cognomen</i>	- <i>Quod proprium est unius cuiusque cognomen appellatur;</i> - <i>Ergo quando de uno loquimur, cognomen dicimus...*</i> - <i>[ut] cognomina dicamus propria nomina;</i> - <i>quod est proprium unius cuiusque nomen</i>	<i>ut Scipio, Seruius</i>
<i>agnomen</i>	- <i>Est quod extrinsecus uenit. Venit autem ab aliqua ratione.</i> - <i>Ergo ista trahuntur aut a uirtutibus aut a uitis agnomina.</i>	<i>Africanus</i> <i>Nasica</i> <i>Sura</i>

O *praenomen* é aqui definido em função da sua posição como o elemento que está antes do *nomen*, o que é comum aos autores anteriores. O autor indica também o facto de o *praenomen* aparecer abreviado por uma, duas ou três letras. Os exemplos das abreviaturas são os mais conhecidos, como por exemplo, P para *Publius*, GN para *Gnaeus* e SEX para *Sextus*. Um aspecto que o autor diz ser

uma *res superflua*⁵⁶, pois no seu tempo não existia de todo o hábito epigráfico de escrever *praenomina* uma vez que a estrutura onomástica era já completamente diferente.

A definição de *nomen* reveste-se de particular interesse pois o autor diferencia claramente o conceito clássico de *nomen*, em que ele é o elemento onomástico comum a uma família, da definição de *nomen* do seu tempo, em que ele é o nome próprio e individual de cada um: *Modo in usu aliter putamus: nomen putamus quod est proprium*⁵⁷. Esta definição é oposta à definição tradicional de *nomen*, o que justifica que o autor acentue esta diferença de conceitos através do *cognomen*: *Quod est autem commune familiae non appellatur cognomen, sed appellatur nomen*. O uso de *cognomen* em sentido clássico é apontado pelo autor como totalmente desfazado no seu tempo, afirmando mesmo: *Non possumus dicere hodie quod tibi cognomen est? ridemur, si hoc diximus*.

Um pouco mais à frente, o autor retoma todas as definições dos quatro tipos de nomes próprios, deixando claro que as está a considerar na perspectiva do passado, quando afirma: *sic defnierunt maiores nostri*.

Tipo de nome	O que é? Como é atribuído?	Exemplos:
<i>praenomen</i>	- <i>Est quod ad dignitatem pertinet;</i> - <i>Nullus enim seruus habet praenomen; non licet, non potest fieri. Puta Gaudentius omnino non potest habere praenomen;</i> - <i>Praenomina sunt quae pertinent ad dignitatem, seruant enim ingenuitatem. Nullus enim seruus potest habere hoc.</i>	<i>Publius</i> (o <i>praenomen</i> é idêntico nos três exemplos).
<i>nomina</i>	- <i>sunt quae sunt communia familiae;</i>	<i>Cornelius</i> <i>Virgilius</i> <i>Sallustius</i>
<i>cognomen</i>	- <i>Omnia cognomina propriam rem tenent; a natura ueniunt, id est natus est infans, statim hoc dicitur.</i> - <i>cognomina quasi naturalia sunt, nobiscum quasi nascuntur.</i>	<i>Scipio</i> <i>Maro</i>
<i>agnomen</i>	- <i>Omnia agnomina ab actibus ueniunt. In puero infantulo non poteris inuenire agnomen;</i> - <i>Ergo agomina omnia a rebus ueniunt gestis.</i>	<i>Africanus</i> <i>Crispus</i>

56. *Dicit rem superfluum: praenomina autem notantur aut de singulis litteris, puta fac P et significat Publius, fac G et significat Gaius; aut de duabus litteris, fac G et N, et significat Gnaeus; aut de tribus litteris, fac SEX et significat (GL 5, 140).*

57. «Agora pensamos no uso de outro modo: consideramos o ‘nome’ aquele que é próprio».

O autor retoma as definições que tinha dado antes, para acrescentar alguns aspectos interessantes. Quanto aos *praenomina*, a definição vai mais além do que a posição ocupada na frase onomástica; o *praenomen* é apresentado sob o seu valor jurídico e social, enquanto elemento que distinguia os cidadãos dos escravos. Este aspecto é bastante ilustrado pelo autor através do caso do escravo Gaudêncio, que não pode ter *praenomen*. Pompeio cria ainda uma situação hipotética de querer chamar um escravo com o seu *praenomen*, *Lucius*, e aponta uma solução: se o escravo não pode ter *praenomen*, *Lucius* é para ele um *cognomen*. Este exemplo, é elucidativo da problemática subjacente aos estudos da onomástica na Antiguidade: os nomes permanecem os mesmos e em uso ao longo dos séculos, mas com mudanças na sua funcionalidade. O que para um é *praenomen*, para outro é *cognomen*. Também os *agnomina* são objecto de uma definição mais alargada, que procura diferenciá-los dos *cognomina*. Os primeiros são reiteradamente referidos como nomes adquiridos a partir dos feitos, daí que uma criança nunca os possa ter, enquanto os segundos têm uma origem natural, isto é, podem referir características que já nasceram com o indivíduo e como tal, os *cognomina* podem ser atribuídos logo em criança.

Um outro aspecto que é tratado pelo autor, à semelhança de outros gramáticos que vimos antes, é o número de elementos no nome. Pompeio refere-se novamente ao escravo Gaudêncio, que só tem um nome, mas apela também para os antepassados: Rómulo só tinha um nome, Numa Pompílio dois; Públio Virgílio Marão tinha três e Públio Cornélio Cipião Africano tinha quatro nomes⁵⁸.

Ainda sobre os nomes próprios, o autor cria diferentes exemplos de perguntas e exercícios que se podem fazer com os que aprendem esta matéria. Aqui, é visível uma outra característica da obra de Pompeio, o facto de se julgar que era destinada à formação de outros *magistri*⁵⁹. O autor explica os conteúdos e apresenta vários exemplos de exercícios (sob a forma de perguntas e respostas).

Prisciano (séc. V-VI d.C.)

Nas suas *Institutiones*, o autor dedica, no livro II, o capítulo V aos nomes. Mantém a distinção de duas grandes categorias semânticas: os nomes próprios e os nomes comuns⁶⁰.

58. *Nam potest inueniri aliquis qui unum habet, ut seruus, ut dixi, Gaudentius: ecce unum habet tantum. Apud maiores nostros haec consuetudo fuerat, ut singuli singula haberent nomina. Ecce Romulus unum tantum habet: apud ueteres nihil legimus amplius, nisi hoc solum. Quid? Habet iste cognomen tantum, id proprium nomen. Numa Pompilius: ecce duo sunt. Iam iste habet et nomen familiae et suum proprium. Publius Vergilius Maro: ecce tria habet, praenomen, nomen, cognomen. Publius Cornelius Scipio Africanus: ecce quattuor habet, omnia habet* (GL 5, 142).

59. Cf. KASTER, *Guardians of Language...*, cit., p. 156.

60. Cf. Ch. KIRCHER, «La formation des noms d'après Priscien», *Ktéma* 13, 1988, p. 197.

Iremos analisar apenas os parágrafos relativos aos quatro tipos de nomes próprios, que o autor define assim:

Tipo de nome	O que é? Como é atribuído?	Exemplos:
<i>praenomen</i>	<i>Est quod praeponitur nomini uel differentiae causa uel tempore...</i>	<i>Publius, Aulus, Titus, Gnaeus, Spurius, Sextus, Sergius, Tullius, Marcus</i>
<i>Nomen</i>	<i>Est proprie uniuscuiusque suum;</i>	<i>ut Paulus</i>
<i>cognomen</i>	<i>Cognitionis commune;</i>	<i>ut Scipio</i>
<i>agnomen</i>	<i>Est quod ab aliquo euentu imponitur.</i>	<i>ut Africanus, Isauricus</i>

O *praenomen* é definido com base na posição que ocupa na frase onomástica, mas Prisciano acrescenta um aspecto inovador, relativamente aos autores que vimos antes, ele procura explicar a origem histórica do *praenomen*⁶¹. Prisciano refere-se à prática de abreviação dos *praenomina* com uma letra, duas ou três, seguindo a tradição gramatical anterior. Porém, Prisciano é inovador nos exemplos que dá para as abreviaturas, bem como na preocupação que revela em explicar que normas regulam a abreviação destes elementos onomásticos.

Abreviatura	Porquê?	Exemplos:
<i>singulis litteris</i>	- quando a uocali incipit praenomen; - uel ab una consonante; - ne, si primam solam consonantem scribamus T 'Titum' et S 'Sestium' significare putetur.	<i>ut A - Aulus ut P - Publius ut T - Titus S - Sestius</i>
<i>duabus litteris</i>	- quando a duabus consonantibus incipit;	<i>ut GN - Gnaeus ut SP - Spurius</i>
<i>tribus litteris</i>	- quando a consonante incipit prima syllaba et in consonantem desinit, si tamen alia quoque praenomina ab eisdem incipiunt consonantibus lldique fit differentiae causa;	<i>ut SEX - Sextus ut SER - Sergius ut TVL - Tullius</i>

Quanto ao *nomen*, Prisciano volta a ser inovador, pois dá uma definição coerente com a realidade do seu tempo, considerando-o como o nome que é individual de cada um. O *cognomen* é, por sua vez, identificado como o nome que se refere a uma origem familiar comum (*cognatio communis*). De facto, na epigrafia paleocristã o *cognomen* tende a ser transmitido no seio da família⁶².

61. O autor remete o uso do *praenomen* para o tempo dos Sabinos. A mesma origem é indicada no anónimo *Liber de praenominibus de nominibus de cognominibus de agnominibus*, in *Valerii Maximi Factorum et Dictorum Memorabilium* — KEMPF (ed.), Stuttgart 1966, p. 588.

62. Cf. I. KAJANTO, *Onomastic Studies in the Early Christian Inscriptions*, Helsinki 1963, p. 54.

O gramático refere-se ainda à progressiva alteração da funcionalidade e uso dos elementos onomásticos. Tal como Pompeio, ele indica múltiplas possibilidades de uso dos quatro tipos de nome, pois o que para um é *praenomen*, para outro é *nomen*; a mesma situação sucederia entre os *cognomina* e os *agnomina*⁶³.

Isidoro de Sevilha (560-636)

No livro I da sua obra *Etymologiarum siue Originum Libri XX*, o autor refere-se aos nomes em geral, e também aos nomes próprios, em particular. Quanto às partes da oração, encontramos referências claras à tradição gramatical latina anterior, concretamente, a Donato e às oito partes da oração, tradição que é colocada em contraste com a de Aristóteles. Como nota L. Holtz: «Donat n'est pas présenté comme le point de départ de la réflexion sur le langage, et Aristote reçoit — inexactement du reste — son dû, puisque la classification de Donat, au dire d'Isidore, donne encore raison au philosophe»⁶⁴. Isidoro de Sevilha segue de facto a posição de Aristóteles, admitindo que as oito partes definidas por Donato se resumem ao nome e ao verbo, isto é à pessoa e à acção. A palavra *nomen*, em sentido lato, é associada à forma *notamen*⁶⁵.

O autor refere os nomes próprios como nomes específicos, na medida em que designam e identificam alguém⁶⁶. Indica, em seguida, os quatro tipos de nomes próprios:

Tipo de nome	O que é? Como é atribuído?	Exemplos:
<i>praenomen</i>	<i>Dictum eo, quod nomini praeponitur;</i>	<i>ut Lucius, Quintus</i>
<i>nomen</i>	<i>Nomen uocatum, quia notat genus;</i>	<i>ut Cornelius</i>
<i>cognomen</i>	<i>Quia nomini coniungitur;</i>	<i>ut Scipio</i>
<i>agnomen</i>	<i>- uero quasi accedens nomen; -extrinsecus enim uenit agnomen ab aliqua ratione;</i>	<i>ut Metellus, Creticus</i>

63. *Inuenimus tamen multa in his quattuor speciebus propriorum nominum inuicem pro se posita, et quae in aliis personis sunt praenomina, haec in aliis loco nominis accipiuntur, ut 'Tullius Seruilus': hic 'Tullius' praenomen est; M uero 'Tullius': hic nomen. Similiter et in aliis loco cognominis aliorum agnomina uel contra, ut 'Cicero', qui primus ab habitu faciei nominatus est, agnomen hoc habuit, familiae uero eius cognomen fuit. Similiter 'Caesar', 'Scipio' (GL 2, 58).*

64. Cf. HOLTZ, *Donat et la tradition...*, cit., pp. 258-259.

65. A mesma origem para a palavra *nomen* é referida por autores anteriores, entre eles Dosíteo e Sérvio (b) — *vide supra*.

66. *Propria nomina dicta quia specialia sunt. Vnius enim tantum personam significant* (LINDSAY 1957).

Isidoro de Sevilha retoma a definição do *praenomen* como o elemento onomástico que é colocado antes do *nomen*. O *nomen* é definido, em sentido clássico, como o elemento que marca a ligação do indivíduo à *gens*, à sua origem familiar, o que é reforçado pela ideia de que todos os que partilham o mesmo *nomen* teriam a mesma ascendência: *Cornelii enim omnes in eo genere*. O *cognomen* é definido, à semelhança do *praenomen*, pela posição que ocupa na frase onomástica, depois do *nomen*. O *agnomen* é definido primeiro em sentido clássico, como uma designação que se acrescenta na frase onomástica. Num segundo momento, essa definição é actualizada para o tempo de Isidoro, quando o autor se refere ao duplo *cognomen*, vulgarmente chamado ‘sobrenome’, que acompanha o nome e contribui para uma melhor identificação do seu portador: *Cognomentum autem vulgo dictum eo, quod nomini cognitionis causa superadiciatur, siue quod cum nomine est*. A forma *cognomentum* é um vulgarismo, como notou Frédérique Biville: «*cognomentum double cognomen*, et Isidore (I,7,2) a bien du mal à intégrer cette forme ‘vulgaire’ dans le système anthroponymique à quatre éléments, *praenomen*, *nomen*, *cognomen*, *agnomen* qu’il vient d’exposer»⁶⁷.

Julião de Toledo (Iulianus Toletanus – séc. VII d.C.)

Este autor hispânico, comentador de Donato, escreveu a sua *Ars Grammatica* no reinado de Ervígio (rei entre 680 e 687)⁶⁸. O texto de Julião segue a estrutura da obra de Donato. Utilizou também como fontes as obras de outros autores como Pompeio e Isidoro de Sevilha.

Nos fragmentos que conhecemos desta obra, no capítulo dedicado ao nome, encontramos apenas a sua definição enquanto parte da oração, com caso, género e número. Quanto às particularidades do nome próprio não resta nenhuma referência ou isso poderá nunca ter sido tratado pelo autor.

A ausência de referência dos nomes próprios

Em Quintiliano os nomes próprios são objecto de uma referência breve e muito direccionada para aspectos sociais e jurídicos: a estrutura onomástica é indicada

67. O autor designou as palavras deste tipo como ‘vulgarismes de dérivation’, dando-lhes a seguinte definição: «Un mot peut être indexé comme vulgaire parce qu’il se trouve pourvu d’un suffixe (“parasitaire”) qui accroît son volume sans entraîner de modification sensible au niveau du signifié. Le néologisme ainsi créé fonctionne comme un substitut de mot de base» — cf. F. BIVILLE, «QVI VVLGO DICITVR... Formes ‘vulgaires’ de la création lexicale en Latin», em L. CALLEBAT (ed.), *Latin vulgaire, latin tardif. Actes du 4^e colloque international sur le latin vulgaire et tardif*, Hildesheim, Zürich, New York 1998, p. 201.

68. Cf. J.N. HILLGARTH, *Sancti Iuliani Toletanae Sedis Episcopi Opera*, Turnholt 1976, pp. VIII-XXI; cf. M.C. DÍAZ Y DÍAZ, *De Isidoro al siglo XI. Ocho estudios sobre la vida literaria peninsular*, Barcelona 1976, p. 46; cf. R. STRATI, «Giuliano di Toledo», em *Enciclopedia Virgiliana*, II, Roma 1985, pp. 749-751.

pelo autor como uma das características que distinguem o cidadão do escravo, mesmo quando este último adquiria a condição de liberto⁶⁹. A época e o espaço em que Quintiliano vive, bem como o género da sua obra, um manual de retórica, justificam a ausência de uma referência concreta aos elementos presentes na frase onomástica. Não é necessário ensinar um esquema onomástico num espaço e num tempo em que ele é ainda operativo.

É interessante que a estrutura onomástica não seja importante nas obras de alguns autores, uns séculos mais tarde. Autores e obras que conhecemos, como por exemplo, a *Ars Breviata* de Agostinho, não mencionam os quatro tipos de nomes próprios, no capítulo sobre os nomes. Em algumas artes gramaticais o nome passa a ser objecto de uma abordagem sobretudo morfológica, sendo enunciados com pormenor vários aspectos relativos à declinação das formas das várias declinações e isso passa a ser assumido como suficiente; a *Ars Breuiata* de Agostinho termina o capítulo sobre o nome de uma forma que nos parece bastante expressiva neste sentido: *De nomine, quantum rudi conueniebat, plenius exposuimus*⁷⁰. O mesmo se verifica na obra *Regulae Aurelii Agustini*⁷¹.

A onomástica nos grammatici latini e na epigrafia

Os excertos das obras dos *grammatici latini* analisados permitem perceber que a estrutura dos antropónimos esteve em mutação, desde cedo, na sociedade romana, bem como na Antiguidade Tardia. A forma como nestes textos é abordada a onomástica latina revela que, pelo menos desde o século II d.C., há necessidade de especificar e exemplificar as designações dos quatro elementos principais da frase onomástica. Do século IV em diante, verifica-se que já não basta indicar os nomes dos quatro elementos, mas que é necessário definir, explicar e exemplificar cada um deles, pois já não correspondem de todo ao uso. Os testemunhos de alguns autores, especificamente os de Pompeio e de Prisciano, acrescentam às definições clássicas, a perspectiva real do seu tempo para cada um dos elementos da frase onomástica. Os textos gramaticais revelam-se, nesta perspectiva, um suporte teórico útil para os estudos da onomástica, que têm sido feitos maioritariamente utilizando textos epigráficos⁷², e também dão testemunho da mutabilidade da estrutura onomástica, com excepções e casos particulares, que se registam um pouco por todo o espaço do Império.

69. A definição jurídica do escravo, segundo o direito romano, implica que o seu nome nunca possa ter os três elementos fundamentais: o *praenomen*, o *nomen* e o *cognomen*; nem a pertença a uma tribo. Mesmo enquanto liberto, a sua estrutura onomástica deveria segundo o direito romano distinguir os que nasceram cidadãos livres dos que nasceram escravos. Cf. QVINT. inst. 7, 27.

70. Cf. *Augustini Ars Breuiata eiusdem regulae in Grammatici Latini*, ed. Keil, vol. V, 1961, p. 507.

71. Cf. *Grammatici Latini*, ed. Keil, vol. V, 1961.

72. Cf. H. SOLIN, «Eigennamen und Vulgärlatein», em C.A. ABELLÁN (ed.), *Latin vulgaire - latin tardif. Actes du VII^{ème} Colloque International sur le latin vulgaire et tardif*, Sevilha 2006, pp. 527-534.

O *praenomen* é quase sempre definido como o elemento onomástico que precede o *nomen*. A sua representação sob a forma de abreviaturas também é transmitida pela maioria dos gramáticos. É interessante verificarmos que algumas das abreviaturas indicadas, para os *praenomina* mais comuns, são bem conhecidas nos textos epigráficos; contudo, outras não são comuns nos textos epigráficos que hoje conhecemos, como por exemplo, a abreviatura de PM para Pompeius (esta forma aparece quase sempre abreviada como POMP).

Quanto ao *nomen* é ponto comum na sua definição, a sua ligação à família. Nos séculos I a.C. e I d.C., encontramos uma noção de família genética: pertencem à mesma família todos os que partilham o sangue de um antepassado comum; porém, como refere Saller⁷³, «Since no one knows his or her ‘ultimate ancestors’, familia could be more or less inclusive, sometimes taken to be equivalent to gens or clan and other times more narrowly». A palavra *familia* era utilizada em alguns casos com um significado mais alargado, como equivalente a *gens*. Porém, o conceito de *gens* vai mais além dos laços genéticos. Os indivíduos associam-se por outros motivos: a partilha de espaço e de cargos importantes na estrutura social, política e religiosa da cidade. Apesar disso, quando se pretendia o louvor do indivíduo, era realçada a qualidade do seu berço; *familia* e *gens* podiam não se distinguir, pois não era dada importância ao rigor da sua genealogia⁷⁴.

Os *cognomina* são definidos pela maioria dos autores como os nomes que individualizavam a pessoa, isto é, de acordo com o seu uso clássico, que implicava que a sua transmissão de pai para filhos não fosse regular e a sua escolha fosse bastante variável. Contudo, os gramáticos mais tardios reflectem já o seu uso como o elemento que, em alguns casos, é transmitido de pais para filhos, marcando a ligação familiar entre os seus portadores, em contraste com o nome, que perdía a sua função gentilícia. Kajanto⁷⁵ refere esta tendência para a transmissão dos cognomes de pais para filhos, como um traço característico da onomástica, na epigrafia cristã. Note-se porém que a maioria dos testemunhos epigráficos da época cristã são de natureza funerária e registam apenas um nome único, que muitas vezes é de natureza cognominal.

O uso do *agnomen* tem raízes no Oriente, tendo começado a ser utilizados no Ocidente a partir da época Imperial. Inicialmente, não terá existido muita diferença entre o uso do *agnomen* e o uso de dois nomes ou cognomes, segundo Kajanto⁷⁶. Os gramáticos latinos referem-no sempre como um nome que é adicionado ao *cognomen*, *extrinsecus*. Muitos autores realçam ainda o facto de este não ser um elemento

73. R.P. SALLER, *Patriarchy, Property and Death in the Roman Family*, Cambridge 1994, p. 79.

74. Para uma visão e discussão do conceito de *gens romana* veja-se C.J. SMITH, *The Roman Clan. The Gens form Ancient Ideology to Modern Anthropology*, Cambridge 2006.

75. Cf. I. KAJANTO, *Onomastic Studies in the Early Christian Inscriptions of Rome and Carthage*, Helsinki 1963, p. 54.

76. Cf. KAJANTO, *Onomastic Studies...*, cit., p. 48.

tão comum como os outros três, nos antropónimos romanos, pois era geralmente indicado por causa de um feito relevante — notável ou vergonhoso.

A própria história da transmissão e evolução dos textos gramaticais permite-nos entender melhor o que se passou com os formulários epigráficos em geral e, em particular, com a frase onomástica. De facto, trata-se de casos de transmissão aparentemente muito conservadora e quase imutável, mas onde é possível perceber dois aspectos fundamentais: a existência de uma consciência do desajuste entre um esquema teórico, ensinado e aprendido e a realidade do uso quotidiano e o esforço progressivo para a adequação desse mesmo esquema teórico ao uso real.

Podemos admitir que estes dois aspectos são levados ao extremo quando, vários séculos depois, João de Barros organiza a sua *Gramática da Língua Portuguesa* segundo o esquema das obras dos *grammatici latini*. O autor segue o modelo de várias gramáticas latinas em geral, segundo M.H. Carvalhão Buescu (1971, p. LX-XIII), e, em particular, no capítulo sobre os nomes próprios, toma como modelo Prisciano. Se este autor já teve que habilmente adequar as definições clássicas de *praenomen*, *nomen*, *cognomen* e *agnomen* ao uso e à realidade onomástica do seu tempo, João de Barros leva o esforço de adequação aos limites, pois faz encaixar a estrutura onomástica românica da língua portuguesa no esquema latino: identifica o prenome em sentido latino, como o nome que denota honra, que está antes do nome e que pode aparecer abreviado, citando o exemplo de P. para *Publius*; porém o exemplo para a língua portuguesa é a forma Dom, abreviatura de *dominus* que, não sendo um antropónimo, é um elemento que na frase onomástica se enquadra perfeitamente na definição latina de *praenomen*. Quanto aos outros três elementos do nome próprio, João de Barros define-os da seguinte forma: o nome é o segundo elemento, que colocavam depois do prenome; o terceiro nome indicava a linhagem ou família; e o quarto nome indicava o ofício ou a alcunha que, segundo este autor, lhe era posta ao acaso. João de Barros recupera o exemplo latino referido na maioria das obras dos *grammatici latini*: *Publius Cornelius Scipio Africanus* — e dá um exemplo de um nome português, também muito célebre e perfeitamente adequado à estrutura onomástica latina: «Per semelhante modo, quando digo Dom, entendo o prènome; e por Váscó, o nome; e por Gama, o conhome a que nós chamamos apelido; e por Almirante, anhome per que entendemos alcunha.» Dom Vasco da Gama Almirante é o exemplo máximo de como um esquema gramatical, pode ser aplicado a uma realidade linguística, da qual está muito distante.